

O REASCENSO DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E O RESGATE DA HISTÓRIA DA POLOP: CONTEXTO HISTÓRICO E CONJUNTURA POLÍTICA DA TRAJETÓRIA DA TMD

Marlon de Oliveira Xavier¹

Resumo

O Brasil tem vivenciado, nos últimos anos, a retomada, teórica e política, da Teoria Marxista da Dependência. Essa retomada, que acompanha uma revisão crítica e uma atualização histórica, acontece em uma conjuntura de reavivação do neodesenvolvimentismo, da escalada fascista e de institucionalização da esquerda. Buscando compreender quais são os motivos dessa retomada da TMD, este trabalho visa sistematizar parte da história da referida teoria, principalmente no que está conectada à formação da ORM-POLOP, e assim contribuir para a sistematização da história da esquerda radical no Brasil. Dessa forma, será analisada a história dos formuladores da TMD, especificamente Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, principalmente no que concerne à sua atuação política na POLOP. Serão revisadas as teses principais e proposta uma articulação entre a conjuntura dos anos 1960, cujos problemas foram enfrentados pela POLOP, com a conjuntura contemporânea do neodesenvolvimentismo, defendendo a hipótese de que a similaridade dos problemas e dificuldades enfrentadas produziu o reascenso da Teoria Marxista da Dependência. A metodologia será a análise bibliográfica. Concluiu-se que a retomada teórica da TMD foi resultado do trabalho de diversos pesquisadores e teve, como causa, a inconclusividade das tarefas da esquerda no país.

Palavras-chave: POLOP, Teoria Marxista da Dependência, neodesenvolvimentismo, história do marxismo no Brasil.

THE RESURGENCE OF MARXIST DEPENDENCY THEORY AND THE RECOVERY OF POLOP'S HISTORY: HISTORICAL CONTEXT AND POLITICAL CONJUNCTURE OF MDT'S TRAJECTORY

Abstract

Brazil has witnessed, in recent years, a theoretical and political resurgence of Marxist Dependency Theory (MDT). This revival, accompanied by a critical revision and historical update, occurs within a context of renewed neodevelopmentalism, escalating fascism, and the institutionalization of the left. Seeking to understand the reasons for this resurgence, this work aims to systematize part of the theory's history, particularly its connection to the formation of the ORM-POLOP, thereby contributing to the history of the radical left in Brazil. Consequently, the history of the theory's proponents—specifically Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, and Theotônio dos Santos—will be analyzed, focusing on their political activity within POLOP. The main theses will be reviewed, proposing an articulation between the context of the 1960s, the challenges of which were confronted by POLOP, and the contemporary context of neodevelopmentalism. The study defends the hypothesis that the similarity of the problems and difficulties faced has driven the re-emergence of Marxist Dependency Theory. The methodology employed is bibliographic analysis. It is concluded that the theoretical resurgence of MDT is the result of the work of various researchers and is caused by the unfinished nature of the left's tasks in the country.

¹Doutorando em Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); bolsista CAPES/Fundação Araucária; pesquisador do Centro de Investigações em Economia Política, Movimentos Populares e Direito Insurgente na América Latina - InSUR (PPGD/UFPR) e membro do Instituto de Pesquisa em Direito e Movimentos Sociais - IPDMS. Membro do corpo editorial da InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais. E-mail: marlon.xavier.arquivo@gmail.com

O reascenso da teoria marxista da dependência e o resgate da história da POLOP: contexto histórico e conjuntura política da trajetória da TMD

Keywords: POLOP, Marxist Dependency Theory, Neodevelopmentalism, History of Marxism in Brazil.

EL RESURGIMIENTO DE LA TEORÍA MARXISTA DE LA DEPENDENCIA Y EL RESCATE DE LA HISTORIA DE LA POLOP: CONTEXTO HISTÓRICO Y COYUNTURA POLÍTICA DE LA TRAYECTORIA DE LA TMD

Resumen

En los últimos años, Brasil ha experimentado un resurgimiento teórico y político de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD). Este retorno, que acompaña una revisión crítica y una actualización histórica, tiene lugar en una coyuntura de reactivación del neodesarrollismo, de escalada fascista y de institucionalización de la izquierda. Con el objetivo de comprender los motivos de este resurgimiento de la TMD, este trabajo busca sistematizar parte de la historia de dicha teoría, principalmente en su conexión con la formación de la ORM-POLOP, contribuyendo así a la sistematización de la historia de la izquierda radical en Brasil. De este modo, se analizará la historia de los formuladores de la TMD, específicamente Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra y Theotônio dos Santos, centrándose en su actuación política en la POLOP. Se revisarán las tesis principales y se propondrá una articulación entre la coyuntura de la década de 1960, cuyos problemas fueron enfrentados por la POLOP, y la coyuntura contemporánea del neodesarrollismo, defendiendo la hipótesis de que la similitud de los problemas y dificultades enfrentadas produjo el reascenso de la Teoría Marxista de la Dependencia. La metodología empleada será el análisis bibliográfico. Se concluye que el resurgimiento teórico de la TMD fue resultado del trabajo de diversos investigadores y tuvo como causa el carácter inconcluso de las tareas de la izquierda en el país.

Palabras-clave: POLOP, Teoría Marxista de la Dependencia, Neodesarrollismo, Historia del marxismo en Brasil.

Introdução

O ressurgimento de uma concepção teórica há muito reprimida pode representar algumas questões, como a redescoberta de textos esquecidos, a atualização por parte de novos trabalhos, a superação dos elementos que o suprimiram da primeira vez, a repetição ou similaridade dos problemas por ela tratados. A retomada da TMD, que vem ocorrendo aceleradamente desde 2018, é resultado de todos esses elementos juntos². O objetivo deste trabalho é apresentar as origens da referida teoria, compreender seu hiato e investigar

² Na década de 1990 a TMD “chegou” ao Brasil somente pela atuação teórica dos discípulos da TMD, como Reinaldo Carcanholo, Nildo Ouriques e Nilson Araújo de Souza. Em meados dos anos 2000 houve a importante publicação de “Ruy Mauro Marini: Vida e Obra” (2005), organizado por Roberto Traspadini e João Pedro Stédile. Em 2012, O Instituto de Estudos Latino-Americanos - IELA cria a Coleção Pátria Grande e traduz “Subdesenvolvimento e Revolução”, de Marini, e “O Capitalismo Dependente Latino-americano”, de Bambirra. Com a popularização dos escritos, a TMD passa a ser estudada e sua relevância é retomada. As demais causas da retomada serão tratadas neste trabalho.

as causas do seu retorno, dando enfoque a um momento de intensa atuação política de seus formuladores: a POLOP.

Para desenvolver este trabalho, portanto, será utilizada a investigação histórica, a partir dos memoriais dos autores estudados e de outras pesquisas complementares sobre o período de sua origem, bem como a análise de bibliografia teórica sobre as conjunturas a serem analisadas. Estabelecendo como problema de pesquisa as causas da retomada da TMD, assumimos a hipótese de que seu reascenso está relacionado com a falência do neodesenvolvimentismo, entendida como uma variante do desenvolvimentismo clássico criticado pela TMD no momento de sua origem e ápice. Assim, a TMD oferece respostas e perspectivas para os desafios da esquerda contemporânea, do mesmo modo que a ORM-POLOP se tornou referência no seio da esquerda radical da década de 1960.

Abordaremos, portanto, as origens da TMD e da POLOP, os debates nos quais estava envolvida, suas principais teses e confrontos, além dos motivos de seu esquecimento no âmbito do pensamento social brasileiro. Por fim, abordaremos os elementos político-econômicos que teriam gerado a retomada da referida teoria e suas possíveis causas. Esperamos, dessa maneira, colaborar no processo de conceder organicidade à história das esquerdas no Brasil, fornecendo, ao mesmo tempo, questionamentos para se refletir sobre a posição atual da esquerda no país, que trafega no fio da navalha, de um lado o caminho institucional, de outro, a recusa ao endosso do sistema eleitoral. Entre uma atuação de alcance com uma linha política questionável, e a manutenção de uma principiologia correta, mas sem impacto, a crítica se sobrepõe como necessidade para a compreensão dos dilemas históricos.

As três fontes da Teoria Marxista da Dependência

A Teoria Marxista da Dependência é uma teoria social de cunho revolucionário, formulada por autores brasileiros e que buscava desenvolver uma interpretação original acerca da formação sócio-econômica da América Latina. Com conexões importantes com a obra de Andre Gunder Frank³, seus

³ Gunder Frank possui grande relevância na formação teórica da TMD, principalmente através de sua tese sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento e sua metáfora espacial da satelização, que indica a relação entre metrópole e satélite em diversos níveis, desde internacional, até regional e local. Segundo Marini, contudo, Frank não trouxe tais teses de

formuladores principais são Ruy Mauro Marini e o casal Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Posteriormente, o seu trabalho foi continuado por outros pesquisadores, como Jaime Osorio, Adrian Sotelo Valencia, Arnulfo Arteaga, Orlando Caputo, Roberto Pizarro e Ana Esther Ceceña. Com suas formulações teóricas de alto nível e sua análise de conjuntura bem atinente aos problemas da realidade latino-americana, suas teses contribuíram para o pensamento crítico da economia política do continente, apesar de ser constituído por um grupo reduzido.

Contudo, mais do que indicar sua valoração no âmbito político e acadêmico, sua força teórica remete à questão de sua ausência no âmbito nacional. Após sua origem impactante no âmbito da POLOP, no início da década de 1960, os textos e livros publicados no exterior pelos autores não foram reproduzidos em solo nacional e sua produção teórica ficou esquecida nos círculos intelectuais brasileiros, ao menos até o início da década de 2000, quando vivenciou tímida retomada. É somente a partir de 2016 que os debates levantados pela TMD começam a se generalizar, passando a ser estudado por diversos grupos de pesquisa através do Brasil. Essa reintrodução culmina na publicação, por parte de Mathias Seibel Luce, do livro “Teoria Marxista da Dependência: Problemas e categorias: Uma visão histórica”, no ano de 2018, considerado por alguns a obra mais importante da TMD nesse período⁴. Nossa análise visa compreender os motivos dessa retomada a partir da própria atualidade das teses da TMD.

A Teoria Marxista da Dependência é definida por uma perspectiva de leitura da história da América Latina em conexão com o desenvolvimento do capitalismo mundial, bem como compreende a dependência como uma condição que limita e atrela o processo de desenvolvimento capitalista dos países latino-americanos. Essa dependência é histórico-estrutural pois “somente se pode estudar as sociedades latino-americanas ao considerá-las: a) como parte integrante do sistema capitalista mundial [...] b) como resultado de um processo de redefinição estrutural” (BAMBIRRA, 2019, p. 40). Trata-se de um condicionante concreto que implica a articulação das economias locais para suprir as demandas internacionais, mas que somente se realiza com a constituição de estruturas internas de

fora, mas as desenvolveu em contato com as teses da esquerda radical no Brasil, no período em que se juntou à UnB de Darcy Ribeiro (1961). Sobre isso, conferir Marini, 2005, p. 66.

⁴ De acordo com Cotas (2018): “Trata-se da mais ambiciosa tentativa de recolocar no Brasil a discussão sobre dependência e desenvolvimento, para analisar a história recente do país, utilizando os conceitos elaborados por Rui Mauro Marini (1932-97), Theotonio dos Santos (1936-2018) e Vânia Bambirra (1940-2015)”.

reprodução da dependência.

De acordo com Mathias Luce (2018), as teses fundamentais da TMD se constituem da transferência de valor como intercâmbio desigual, o que implica uma dinâmica espoliativa de perda da riqueza produzida nos países dependentes através dos mecanismos do imperialismo; a cisão nas fases do ciclo do capital, a qual impõe uma ruptura entre a atividade produtiva e a necessidade da classe trabalhadora; a superexploração da força de trabalho, entendida como forma de compensação das transferências através do aumento da intensidade do trabalho, das jornadas laborais e da compressão salarial (que representa a remuneração do trabalhador abaixo do seu valor); e a revolução socialista como única saída viável para a superação da dependência, isto é, a dependência somente pode ser superada com a superação do modo de produção capitalista.

Nildo Ouriques, em sua tese de doutorado orientada por Marini, indica como fontes constitutivas da Teoria Marxista da Dependência a herança do pensamento crítico latino-americano desde Mariátegui, a crítica à CEPAL como principal *corpus teórico* que pretendia explicar a dependência e o atraso latino-americanos, e o debate da esquerda, expresso na crítica ao reformismo dos partidos comunistas e no ascenso das lutas populares, “que chocavam com a dominância burguesa em escala continental, mas não possibilitavam a tomada do poder pelas classes populares” (Ouriques, 1995, p. 20, tradução própria). Assim, sublinha:

A consideração anterior de que a reflexão crítica e o pensamento social latino-americano caminharam juntos com um amplo movimento político de índole e conteúdo libertário encontrará, nas formulações sobre a teoria da dependência, seu momento de maior conexão entre teoria e prática.

Compreendida desta forma, a teoria da dependência só foi possível pelo ascenso das lutas populares que se manifestaram na América Latina a partir dos anos cinquenta. Este movimento encontrou nas formulações da Cepal (cepalismo) sua expressão burguesa (e, até certo ponto, nacional) e, na teoria da dependência, sua expressão popular revolucionária. (Ouriques, 1995, p. 20, tradução própria).

Nesse sentido, é importante destacar como os autores da TMD beberam da fonte do marxismo e do pensamento original latino-americano. Além de conhecerem plenamente a obra de Karl Marx - Marini sendo um dos primeiros a realizar um seminário de leitura, no México, dedicado inteiramente a O Capital (Marini, 2005, p. 77) -, também eram leitores ávidos de

O reascenso da teoria marxista da dependência e o resgate da história da POLOP: contexto histórico e conjuntura política da trajetória da TMD

Vladimir Ilitch Lênin, teórico e dirigente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Posteriormente, Dos Santos e, principalmente, Bamberra, irão se debruçar sobre a estratégia e tática na obra de Marx, Engels e Lênin, dando ênfase nas elaborações sobre o imperialismo⁵. A obra "Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo" é base fundamental da TMD, cuja expressão se observa na compreensão da divisão internacional do trabalho, das cadeias de produção integradas e do papel das multinacionais⁶ (expressão do capital financeiro) na exploração dos países dependentes e a própria ideia de subimperialismo⁷. A teoria marxista do imperialismo transparece, destacadamente, na estruturação da oposição fundamental que constitui a obra da TMD: a relação entre países imperialistas, de um lado, e países dependentes, de outro⁸.

A Teoria Marxista da Dependência se constituiu, assim, em três momentos, ou melhor, três lugares de atuação teórica e política: na Universidade de Brasília (UnB), entre 1962 e 1964⁹, na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP), entre 1961 e 1966¹⁰, e no Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO) da Universidade do Chile, entre 1966 e 1973¹¹. No âmbito desses três espaços de articulação, reuniram-se os três criadores da TMD, Marini, Bamberra e Dos Santos.

Na UnB de Darcy Ribeiro buscava-se criar uma universidade de novo tipo, com um espaço aberto para a reflexão crítica, a realização de atividades extensionistas vinculadas aos movimentos sociais e com uma docência jovem, realizada,

⁵ Cf. Bamberra, 1977, 1993 e Bamberra; Dos Santos, 1981.

⁶ Cf. Dos Santos, 2011.

⁷ Segundo Luce, "a TMD é a síntese do encontro profícuo entre a teoria do valor de Marx e a teoria marxista do imperialismo, esta última formulada, entre outros, por Lenin" (2018, p. 9). Para mais, Cf. Marini, 2017; Luce, 2028 e 2014).

⁸ Há uma série de contraposições dialéticas nas compreensões sobre o subdesenvolvimento, as quais se apresentam em terminologias distintas e não devem ser confundidas: centro e periferia, para a CEPAL; metrópole e satélite, para Frank; países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, próprios do debate da década de 1960; e países imperialistas e países dependentes, da TMD. Dessa forma, a Teoria Marxista da Dependência é a teoria marxista do imperialismo observada a partir da América Latina.

⁹ Marini, Bamberra e Dos Santos se integraram à UnB logo em seu início, permanecendo até o seu fechamento pelos militares.

¹⁰ Bamberra e Dos Santos participam da criação da POLOP e se mantêm em contato até entrarem na clandestinidade. Não há informações precisas quanto às datas de ruptura. Marini, por outro lado, se aproxima do grupo que formará a POLOP quando ainda estava no exterior, em 1960, e adentra efetivamente em 1961. Relata que a última reunião do Comitê Central da POLOP de que participou foi em 1965, já na clandestinidade. Após isso, é forçado a se afastar devido ao exílio.

¹¹ Bamberra e Dos Santos se exilam diretamente no Chile e se integram, já em 1966, ao CESO. Marini, por sua vez, realiza trajetória pelo México e por Conceição do Chile antes de se juntar ao grupo no CESO, o qual era sediado em Santiago. Isso já em 1970. Os três precisam abandonar o país após o golpe de Pinochet em 1973.

O reascenso da teoria marxista da dependência e o resgate da história da POLOP: contexto histórico e conjuntura política da trajetória da TMD

inclusive, pelos nossos autores. Marini destaca esse momento em sua Memória:

Em abril de 1962, criou-se a Universidade de Brasília, sob a condução entusiasta de Darcy Ribeiro, cercado por figuras notáveis, como Anísio Teixeira, Oscar Niemeyer, Cláudio Santoro, e uma plêiade de jovens intelectuais recém-formados, como Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Theodoro Lamounier, Carlos Callou, Luiz Fernando Victor, Levi Santos, José Paulo Sepúlveda Pertence. Rompendo com o imobilismo e o sestro mandarinesco da Universidade tradicional, a UnB inovou em sua concepção jurídica, constituindo-se em fundação, o que ampliava sua independência em relação ao Estado, e adotando o regime celetista, com o que visava a evitar a burocratização do corpo docente; em sua concepção orgânica, baseada em departamentos e institutos, ao invés da cátedra e faculdade próprias da universidade tradicional; em sua concepção pedagógica, que privilegiava o trabalho docente em equipe, via aulas maiores e menores, a relação ensino-pesquisa, o impulso aos cursos livres, debates e seminários e a abertura de cursos de pós-graduação; em sua concepção de pesquisa, que valorizava o entorno regional; e em sua concepção da relação universidade-sociedade, que a levava a abrir-se ao exterior, promovendo cursos de extensão e, inclusive, de formação profissional e capacitação sindical (Marini, versão digital, 2005b, p. 6).

Já a POLOP foi a principal organização de atuação política de Marini, Bambirra e dos Santos, a qual, segundo Marini, surgiu como resultado da agitação política que tomava o continente e se tornou “a primeira expressão no Brasil da esquerda revolucionária que emergia em toda a América Latina”. (Marini, 2005b, p. 63). Fruto de uma conjuntura de insatisfação com as posições da esquerda marxista, tanto do Partido Comunista Brasileiro, refém do stalinismo, quanto dos trotskistas da Quarta Internacional, a POLOP foi o resultado da junção de diversos grupos de oposição. Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos participaram de sua criação a partir da Mocidade Trabalhista, ou Juventude Trabalhista de Minas Gerais, à qual se juntou a Juventude Socialista do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Bahia e outros grupos, como a Liga Socialista de São Paulo (Dos Santos, 1994, p. 22).

Marini, por outro lado, ainda quando estava realizando seus estudos na França, em 1960, tomou contato com “o grupo que editava, no Brasil, a revista Movimento Socialista, órgão da juventude do Partido Socialista [...], em particular Eric Sachs, com o qual eu viria a estabelecer, a meu regresso, uma grande amizade e cuja experiência e cultura política me influenciaram fortemente” (Marini, 2005b, p. 5). Como relembra Theotônio dos Santos, Sachs foi uma grande influência para os autores e

“verdadeiro inspirador da POLOP” (Dos Santos, 1994, p. 22).

Outro elemento fundamental para a formação da POLOP foi a criação, por Luiz Alberto Moniz Bandeira, Alberto Luiz da Rocha Barros e Hermínio Sacchetta, da Liga Socialista Independente (LSI), à qual se juntaram Michael Löwy, Gabriel Cohn, e os irmãos Eder e Emir Sader. Segundo Moniz Bandeira, “Mauricio Tragtenberg e Paul Singer também estiveram na Liga, mas logo se afastaram, pois adotaram uma posição mais moderada” (Oliveira, 2007, p. 42). De acordo com seu relato, apesar de concordarem com parte da perspectiva trotskista da revolução permanente, a Liga incorporou uma perspectiva luxemburguista de crítica ao bolchevismo.

De dentro do Partido Socialista, o PSB, Moniz Bandeira conheceu e se juntou a Erich Sachs (Eric Czaczkes Sachs, que utilizava os pseudônimos de Ernesto Martins, Eurico Mendes e Eurico Linhares, mas também era chamado de “O Velho”)¹² e, juntos, estabeleceram “contacto com o grupo dissidente, liderado por Agildo Barata, e alguns que saíram da UJC [União da Juventude Comunista]” (Oliveira, 2007, p. 44), e formaram a Esquerda Socialista, também conhecida como Juventude Socialista. Esse grupo, que se centrava na cidade de São Paulo, fez contato com a Mocidade Trabalhista, de Minas Gerais, juventude do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do qual participavam Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Ruy Mauro Marini, por outro lado, veio diretamente da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), onde havia sido apadrinhado por Alberto Guerreiro Ramos. Joelma Alves Oliveira resume esse processo:

¹² Para uma história da trajetória de Eric Sachs, cf. Centro de Estudos Victor Meyer, 2009.

O reascenso da teoria marxista da dependência e o resgate da história da POLOP: contexto histórico e conjuntura política da trajetória da TMD

No intuito de construir uma alternativa, os contatos foram se estendendo e em pouco tempo houve um consenso quanto à necessidade de construir uma organização de caráter nacional. O I Congresso da POLOP foi o momento de aglutinação destes grupos descontentes e um primeiro resultado desses debates, inaugurando assim uma nova fase do processo já em nível diferente – o de uma organização.

Do Congresso participaram Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Juarez Guimarães de Brito que vinham da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais; Paul Singer, Piragibe de Castro, Luiz Alberto Moniz Bandeira e Eric Sachs conhecido como Ernesto Martins, que eram da Juventude Socialista; Ruy Mauro Marini, Alúzio Leite Filho, Simon Schwartzman que eram jovens estudantes da EBAP (Escola Brasileira de Administração Pública); Arnaldo Mourthé (estudante de engenharia em Minas Gerais) e da Liga Socialista Independente vieram Emir Sader, Eder Sader, Michael Löwy e Gabriel Cohn. [...]

Segundo Moniz Bandeira deste I Congresso “[...] compareceram também o Sílvio Frondizi [do MIR-PRAXIS] e Marcos Kaplan.” (Oliveira, 2007, p. 54).

A união em uma só organização de toda uma variedade de militantes indicava o caráter da POLOP em sua origem, cuja coesão se deu justamente por se apresentar como uma alternativa radical ao chamado reformismo de esquerda, tanto nas vertentes do PTB, PSB e PCB. O ambiente de debates fez florescer e ampliar a crítica ao movimento político da época e seus fundamentos teóricos, sendo o papel da produção teórica essencial para insuflar a radicalidade para além do grupo. Essa rede de contatos se ampliou de forma significativa, já que, se inicialmente continha-se aos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, logo expandiu sua influência para Porto Alegre e Bahia. Da crítica ao etapismo, logo desenvolveram um pensamento original quanto ao caminho e caráter da Revolução Brasileira.

No que convém ao debate com a CEPAL, é importante indicar a importância da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, personificada em seus primórdios na figura de Raúl Prebisch. A CEPAL, em sua inicial radicalidade, descobriu uma relação própria da troca mercantil a nível internacional que afetava negativamente os países latino-americanos: a deterioração dos termos de troca. Além da própria caracterização centro-periferia, foi esta a principal contribuição do pensamento cepalino para a compreensão da dependência, qual seja, a observação de que no comércio mundial havia uma relação de disparidade que indicava uma troca desigual.

Para a CEPAL, essa deterioração dos termos de troca, que fazia os países periféricos pagarem muito mais no processo de

importação que os países centrais, somente poderia ser contra-arrestado através do desenvolvimento industrial periférico, indicando que a saída política da dependência se centrava na industrialização capitalista, concentrando-se no processo de substituição de importações. Desse modo, como indica Nildo Ouriques, a dependência para a CEPAL era uma “dependência externa, isto é, um conjunto de fatores que inibiam o desenvolvimento capitalista dos países da América Latina” (Ouriques, 1995, p. 28, tradução própria), limitando-se à esfera da circulação e, particularmente, ao fenômeno da formação dos preços.

Essa formulação teórica casou muito bem com a concepção irradiada pela Internacional Comunista aos Partidos Comunistas (PCs) da América Latina, que indicava a revolução democrático-burguesa como solução para o neocolonialismo da periferia. O modelo seguido pelos PCs era de uma interpretação mecânica das sociedades periféricas como pré-capitalistas e que, por isso, deveriam seguir a tradição russa no sentido de passar primeiro por uma revolução democrático-burguesa (a Revolução de Fevereiro), onde o proletariado e o campesinato compartilhariam a direção do movimento com a burguesia industrial para, somente após, realizar uma revolução socialista (a Revolução de Outubro).

Ouriques defende que a utilização das formulações cepalinas pelos PCs foi resultado da ausência de uma alternativa teórica que explicasse o seu reformismo, o que os forçou a tomar emprestada a teoria da CEPAL, que melhor se articulava com as definições desde cima, isto é, da Internacional. A união desses dois elementos direcionou os PCs a uma política conciliatória de constituição de frentes políticas com as burguesias industriais com o intuito de promover o desenvolvimento capitalista na América Latina, o que indicava “a aceitação acrítica das teses da IC sem a mediação da rebelde realidade latino-americana” (Ouriques, 1995, p. 31, tradução própria). Sobre essa perspectiva, relembra Bamberga em seu Memorial:

O reascenso da teoria marxista da dependência e o resgate da história da POLOP: contexto histórico e conjuntura política da trajetória da TMD

No final dos cinquenta e começo dos sessenta, Juscelino Kubitschek havia criado o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), para desenvolver um pensamento nacional, nacionalista. A grande matriz ideológica era a teoria do desenvolvimento, elaborada pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), sob os auspícios do Dr. Raúl Prebisch. [...] Já por essa época, se começava a gestar na cabeça de alguns de nós, pelo questionamento da teoria “cepalina” e da sua congênere, a “isebiana”, os germes ainda muito embrionários da teoria da dependência. A partir de tal questionamento, encontrávamos as bases mais seguras para impugnar a concepção teórico-metodológica e a estratégia e a tática que inspirava o Partido Comunista. (Bambirra, 1991, p. 9-10).

É através da crítica a esse projeto de desenvolvimento industrialista e associado que a ORM-POLOP se desenvolve e fomenta a renovação da discussão sobre a revolução socialista. A criação da Organização Revolucionária Marxista, que ficou conhecida por POLOP devido ao seu jornal de nome Política Operária - o qual teve poucos números, mas foi impactante à época -, foi realizada com o objetivo de aglutinar a oposição ao PCB (o Partidão) que discordava do direcionamento e da posição sectária da IV Internacional, trotskista. Buscava reunir no mesmo grupo os insatisfeitos com ambos os projetos.

Desse modo, contrapondo-se à perspectiva dualista e etapista, “a nova esquerda caracterizava a revolução como, simultaneamente, anti-imperialista e socialista, rechaçando a idéia do predomínio de relações feudais no campo e negando à burguesia latino-americana capacidade para dirigir a luta anti-imperialista” (Marini, 2005b, p. 66).

Desde o início, a POLOP já ressaltava o caráter capitalista da economia brasileira, apontando para os limites de desenvolvimento e alertando para a “cooperação antagônica”¹³ implementada pelo imperialismo. Eduardo Stotz sintetiza bem a posição política e teórica da POLOP:

¹³ Termo de August Thalheimer, que influenciou profundamente Sachs e, indiretamente, a POLOP. Essa influência transparece na obra de Marini, que cita Thalheimer e utiliza dos termos e da ideia de burguesia associada (Cf. Marini, 2017, p. 57, 65 e 111).

O reascenso da teoria marxista da dependência e o resgate da história da POLOP: contexto histórico e conjuntura política da trajetória da TMD

A Polop partia do pressuposto de que as contradições em que estava envolvido o Brasil advinham do desenvolvimento capitalista, precocemente monopolista, que não somente deixara intacta a dominação latifundiária como mantinha com esta uma relação de complementaridade. A burguesia industrial, sobretudo após a expansão da indústria de base, era a classe que detinha o poder político; a sua fração nacional partilhava o poder dentro de um bloco que incluía tanto o latifúndio quanto o monopólio imperialista. A Polop admitia existirem tarefas democráticas, burguesas, a enfrentar, mas pensava que estas deveriam ser resolvidas dentro de um processo geral de luta contra o sistema capitalista (Stotz, 2009, p. 3).

Essas concepções aparecerão, no âmbito da análise teórica, em obras como o Caminho e Caráter da Revolução Brasileira (1970), de Eric Sachs, O Caminho da Revolução Brasileira (1962), de Moniz Bandeira, e Subdesenvolvimento e Revolução (1969), de Marini¹⁴. Em relação à práxis política, a POLOP alcançou destaque por suas teses e pela atuação de seus membros, que realizavam ativa militância política nos movimentos estudantil, sindical, de favelas e camponês, apesar de não possuírem tanta inserção no movimento operário. Vânia Bambirra relata sua vinculação às Associações de Moradores, suas aulas nos sindicatos e até sua atuação na formação das Ligas Camponesas em Minas Gerais. Theotônio dos Santos cita o seu apoio na fundação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), na formação da primeira Federação de Favelados do país e Ruy Mauro Marini comenta o impacto de diversos membros da POLOP na Federação de Estudantes. De modo geral, os debates se deram em peso por meio de jornais e revistas.

A POLOP foi, portanto, o principal espaço de formação dos criadores da TMD quando em solo nacional. Posteriormente ao golpe militar de 1964, os autores irão se encontrar novamente no Chile de Salvador Allende, no CESO. Será no período de 1966, quando Dos Santos e Bambirra se integram ao Centro, até 1973, quando ocorre o golpe militar no país, que se constituirá a Teoria Marxista da Dependência como um corpo teórico unificado e complexo¹⁵. Mas, tendo construído uma teoria social tão profícua e mantendo uma atuação tão

¹⁴ Existe, no âmbito das divergências internas da POLOP, uma briga pela paternidade da formulação teórica sobre o caráter da revolução brasileira. Moniz Bandeira diz ter formulado a primeira versão do texto, enquanto que outros membros indicam que Sachs, o qual somente publicou seu texto na década de 1970, havia formulado e divulgado internamente ainda no início da organização. Marini e Dos Santos remetem à Sachs essa sistematização inicial. De qualquer forma, ambos os textos deixam transparecer a relação coletiva das formulações da organização.

¹⁵ Sobre esse momento de formulação teórica, cf. Cárdenas Castro, 2015 e 2011, e Cárdenas Castro; Seabra, 2022.

relevante, quais os motivos do apagamento da TMD no Brasil?

A contrainsurgência: a derrota da esquerda e a submissão intelectual

A esquerda radical, principalmente a POLOP, sofreu um grande impacto com o golpe civil-militar de 1964. Apesar de terem previsto a possibilidade de uma contrarrevolução no Brasil - a ponto de Marini acreditar que a única saída de João Goulart era um golpe bonapartista¹⁶ -, a POLOP foi desarticulada pela repressão, tendo membros presos, exilados, sequestrados e, posteriormente, ocorrendo as primeiras dissidências, derivadas da discordância acerca do rumo político de atuação, isto é, a opção ou não pela luta armada.

É sabido que Marini foi preso na atuação dos militares na chamada Guerrilha de Copacabana, quando grande parte das lideranças da POLOP foi atacada em diversos apartamentos que utilizavam como refúgio. Afirmava-se que estavam em fase de preparação para uma guerrilha urbana, cuja concretização somente ocorreu com o grupo de Carlos Marighella, anos depois. Apesar de Marini conseguir o direito ao *habeas corpus* (duas vezes), ficou preso por cinco meses e depois passou mais três na clandestinidade completa. Não houvesse saído em exílio, talvez tivesse acabado como outros membros da ORM-POLOP que, avançando em direção à luta armada e se juntando à Ação Nacional Libertadora (ALN) acabaram caindo nas mãos da ditadura, como Juarez Guimarães de Brito, José Mendes de Sá Roriz, Iara Iavelberg, Eduardo Collen Leite; Carlos Alberto Soares de Freitas e Wilson Silva, cujos nomes acabaram esquecidos pela história¹⁷.

A política de contrainsurgência implementada pelo governo militar, principalmente a partir de 1968, foi fundamental na extinção da esquerda radical brasileira e, consequentemente, no apagamento teórico da POLOP e da TMD em solo nacional. A ditadura realizou perseguições, sequestros e assassinatos; realizou prisões ilegais; praticou a tortura¹⁸, a censura; promoveu a queima de material escrito e de estudos

¹⁶ Cujo material, segundo Marini, teriam se perdido no momento do golpe (2005b, p. 7).

¹⁷ Parte de suas histórias está disponível no Arquivo do Memorial da Resistência de São Paulo.

¹⁸ Ruy Mauro Marini não expôs com clareza esse momento em sua "Memória", mas relatos de companheiros da POLOP, como Luiz Alberto Moniz Bandeira, indicam que Marini foi preso pela CENIMAR e possivelmente torturado por semanas. As marcas de tal mazela são tão avassaladoras que aqueles que as sofreram raramente comentam sobre o assunto.

realizados nas universidades¹⁹, incendiando casas, salas e prédios que serviam de local para a reunião das organizações.

Todos esses processos serviram a um duplo processo: a liquidação física da esquerda mais radical, tanto com sua aniquilação, quanto com o exílio forçado; e a submissão e incorporação dos demais. Dessa forma, se consolidou a cisão da esquerda entre aqueles que enfrentaram a contrarrevolução e foram derrotados (foram assassinados, fugiram ou se esconderam na clandestinidade) e aqueles que capitularam, desistiram da radicalidade e foram incorporados às fileiras da oposição consentida.

Ao movimento desse segundo grupo, que abandonava a perspectiva marxista e, portanto, revolucionária, por posições mais amenas, voltadas a questões como marginalidade e repressão, James Petras (1995) nomeou como a “retirada dos intelectuais”. De um lado, não haviam intelectuais dentro do país que realizasse a difusão do pensamento crítico da TMD, já com grande reconhecimento no restante América Latina, de modo que seus materiais, quando adentravam o país, se davam clandestinamente e sem muito impacto. De outro, quando as reflexões da TMD eram reproduzidas, o eram de forma a serem desvirtuadas e falseadas, como no falso debate produzido por Fernando Henrique Cardoso e José Serra²⁰.

A supressão da esquerda radical se consumou com o processo chamado de “transição democrática”. O esgotamento da via contrainsurrecional e a consequente crise da economia ditatorial - impulsionada pela crise do setor externo e o impacto da dívida - levou à abertura democrática prometida desde o primeiro governo militar, entretanto, esta foi feita exatamente da forma pretendida: uma transição lenta e gradual para uma democracia governável. A transição se deu muito mais pelas necessidades do próprio capital do que pela pressão das massas. Esta foi realizada, portanto, pelo 4º Poder - as Forças Armadas -, com o total controle do governo militar e sem qualquer risco ao domínio do grande capital²¹. Esse processo foi uma constante nos países da América Latina e resultou na oposição entre a democracia liberal e a repressão dos anos de chumbo:

¹⁹ Vivenciada, inclusive, por Vânia Bambirra, que teve seu trabalho de dissertação sobre a questão agrária destruído quando da invasão da UNB; e Ruy Mauro Marini, que teve sua tese de doutorado sobre o bonapartismo no Brasil destruída na mesma ocasião.

²⁰ Para conferir as distorções realizadas pelos autores de “As desventuras da dialética da dependência”, cf. Marini, 2025.

²¹ Florestan Fernandes dedicou grande parte de sua produção a desmascarar a “transição democrática” como “último e surpreendente refúgio” da ditadura militar. Cf. Fernandes, 1986.

O reascenso da teoria marxista da dependência e o resgate da história da POLOP: contexto histórico e conjuntura política da trajetória da TMD

Enfraquecida pela repressão política anterior, com sua base pulverizada pela política econômica neoliberal, a esquerda revolucionária foi marginalizada com sucesso por uma combinação de campanhas eleitorais financiadas pelas elites econômicas e excluída pelas medidas repressivas adotadas para *defender a democracia*. As transições de regimes militares para governos civis foram organizadas para consolidar as conformações vigentes do poder estatal, não para democratizar a sociedade. No processo, marginalizaram a esquerda revolucionária. (Petras, 1995b, p. 31).

Entrando, agora, no jogo político, a democracia representativa foi vista como vitória pela esquerda nacional, que passou a atuar, quase que exclusivamente, no âmbito eleitoral, abrindo mão, portanto, do confronto aberto com o capital e retirando a revolução socialista da pauta. Consubstancia-se, portanto, que o arrefecimento da perspectiva revolucionária é tanto resultado da sua derrota quanto da sua capitulação. Isso porque “nenhuma luta política isolada determinou por si o resultado geral” (Petras, 1995b, p. 18), mas a não luta, a desistência antecipada, o abandono, gera consequências muito mais nefastas internamente ao movimento político. Assim, James Petras aponta que “a *derrota* da esquerda não é apenas consequência das forças repressivas, mas inclui também os mecanismos de cooptação dos Estados capitalistas e as lutas político-sociais no interior das sociedades pós-capitalistas²²” (Petras, 1995b, p. 19). De fato, Petras vai ainda mais longe, indicando que

Na Argentina, no Uruguai, no Chile e na Guatemala, o terror estatal sistemático e maciço teve o efeito duplo de desarticular as organizações de massa e *domesticar* a liderança eleitoral esquerdista. O terror estatal estabeleceu novos limites ideológicos para os futuros interlocutores políticos: o sistema econômico neoliberal e as principais instituições estatais foram excluídas do debate político. O resultado do terror, da domesticação e da reestruturação capitalista foram a guinada para a direita na política latino-americana e um declínio significativo da política revolucionária. (Petras, 1995b, p. 27).

Marini observaria a democratização como parte do mesmo processo, a segunda fase da doutrina da contrainsurgência, em que se transitaria para um período de democracias governáveis de cunho civil, mas garantido pelos militares

²² Convém indicar que Petras não diferencia o movimento de retirada dos intelectuais em relação à sua origem, isto é, reúne sob a mesma explicação o abandono que ocorreu entre os intelectuais ocidentais e aquele que se deu na URSS e nos países de sua influência. Assim, além da cooptação, os conflitos que ocorreram dentro do socialismo real também produziram o abandono da perspectiva marxista. Para os fins deste trabalho, interessa mais o primeiro fenômeno.

(Marini, 2025b). O controle ideológico faria parte desse processo. Mas as condições materiais que permitiram a incorporação a tal ideologia dão sentido ao problema: a Nova República aparecia, incontestavelmente, como uma vitória e, como tal, sua crítica é desmotivada e silenciada. Que o processo de pauperização continuasse em andamento enquanto o mesmo capital que financiou a violência estatal do período antecedente continuava a crescer, pouco importava para a esquerda, que via na participação parlamentar e na confiança eleitoral a possibilidade da terceira via - e esta como fim da história.

Tal aspecto irá gerar também uma derrota intelectual, que impedirá a retomada da TMD por algumas décadas. Marini nota esse problema quando realiza seu retorno ao Brasil, a partir de 1982. O autor observa que a produção intelectual livre perde forças e passa a ser atrelada aos sistemas de financiamento, em sua maioria internacionais. Estabelecendo linhas de pesquisa determinadas, limitações quanto ao formato do material publicado e a restrição do debate político, os institutos e fundações impuseram uma nova forma para o trabalho intelectual²³, o qual Nildo Ouriques chama de academicismo:

É evidente que o academicismo - a derrota acadêmica do intelectual - que sofremos nas universidades não é mero acidente de percurso, um modismo passageiro que a maturidade universitária um dia relegará à peça de museu. Ao contrário, o "espírito acadêmico" que atualmente reina no ambiente universitário é expressão do domínio burguês a que estamos submetidos, o exercício da velha e famosa hegemonia burguesa destinado a mutilar a capacidade teórica e as energias políticas das novas gerações. (Ouriques, 2017, p. 19).

O apagamento da teoria crítica produzida pela esquerda radical e, portanto, aquelas desenvolvidas pela POLOP e pela TMD tem suas causas mais profundas: o golpe civil-militar de 1964, a repressão política no período da ditadura e a submissão intelectual gerada pela democratização. A retomada dessas perspectivas no âmbito político e acadêmico é o resultado de uma nova conjuntura, onde as tarefas inconclusas se apresentam novamente e os problemas enfrentados na década de 1960 se apresentam em nova roupagem.

Conjuntura política do neodesenvolvimentismo

²³ Esses elementos são notados, também, por Cueva (1989) e Petras (1995a).

A ausência da crítica a partir dos interesses de classe impediu a construção de uma estratégia coerente com os objetivos da classe trabalhadora. Por mais de quatorze anos o Partido dos Trabalhadores²⁴ manteve o poder do aparato de Estado, possuindo um alto índice de aprovação e, portanto, a legitimidade popular. Tal legitimidade foi garantida pelos diversos programas de assistência social, distribuição de renda e acesso ao consumo por parte da população de baixa renda.

Os governos petistas, contudo, sempre se mantiveram a um limite do aceitável, promovendo a expansão e, principalmente, a concentração de capitais, reforçado por esse aparente direcionamento ao crescimento do mercado interno. O chamado “boom das commodities”, expresso no aumento dos preços dos produtos primários e alimentícios no início do século XXI permitiu uma imensa reserva de capital pelo Estado, possibilitando a expansão dos investimentos nesses projetos de assistência, a diminuição da taxa de juros e abertura de linhas de crédito. Entretanto, a aparente distribuição de renda não foi acompanhada de estatizações, aumento dos serviços públicos, da taxação da riqueza, de uma reforma tributária, do aumento do salário mínimo; pelo contrário, foi seguida de uma reforma da previdência prejudicial à classe trabalhadora²⁵, arrocho salarial e uma política de endividamento em massa.

Ignorando as lições que a história, principalmente do Chile de Allende, nos legou, o reformismo petista se limitou a fortalecer as instituições bancárias e as grandes empresas de diversos setores, como educacional e da construção civil. Não houve, de fato, distribuição de renda, já que não se diminuiu a desigualdade entre capital e trabalho, mas se aproveitou da riqueza excedente para alterar as formas de reprodução do capital internamente. Inexistiu socialização real, apenas a “digestão moral da pobreza”, mas como as condições instáveis da economia capitalista internacional logo pôs fim à alta das *commodities*, aos poucos a bonança decaiu em crise interna, somente agravada pelos efeitos da crise imobiliária de 2008.

Observou-se no período petista, principalmente nos governos 1 e 2 do presidente Lula, um determinado sistema de

²⁴ Reconhecemos a existência de visões contraditórias sobre a caracterização do governo PT como neodesenvolvimentista (Katz, 2016; Boito Jr., 2012; Sampaio Jr., 2012), sofrendo contraposição de visões que o caracterizam como neoliberal, social-liberal (ambas de grande presença no debate político brasileiro) e até pós-neoliberal (Sader, 2013).

²⁵ Sobre a contrarreforma previdenciária de 2003, Cf. Marques; Mendes, 2004, e Souza, 2006.

dominação baseado na articulação dos interesses do capital com o desejo de consumo das classes baixas. Aumentando essa capacidade de consumo - tanto pelas políticas de assistência, quanto pelas linhas de crédito - o governo permitiu o financiamento em massa de carros e casas próprias, o acesso à universidade (mesmo que privadas) e o direcionamento de investimento para universidades públicas (que somente começaram a cair em 2010). O outro lado da moeda se deu pelas montadoras, as empreiteiras, os conglomerados educacionais e as instituições financeiras que se aproveitaram desse investimento no mercado interno.

Tal modelo de dominação, baseado no desenvolvimento de uma relação contraditória e sustentável somente a curto prazo, logo começou a expor seus problemas. O aumento do consumo dos estratos mais baixos rapidamente foi impactado pela inflação; as empreiteiras entregaram construções com material barateado, ou somente não entregaram; as famílias se endividaram enormemente, assim como os novos profissionais liberais formados; os índices de desemprego aumentaram. A partir de 2013, o insustentável ruiu e, confirmando o que Marini afirmou - que o reformismo é a antessala da contrarrevolução -, a direita passou a implementar as reformas em favor do capital na velocidade que os interesses burgueses pediam, com a implementação do Teto de Gastos (EC 95/2016) e da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).

O impeachment da presidenta Dilma descortinou o fim do pacto de governabilidade do PT, que havia reforçado os mecanismos que agora os colocavam abaixo. A paulatina derrota eleitoral, que diminuiu a presença dos partidos de esquerda no congresso, a imensa crítica política escancarada pelos diversos casos de corrupção e a acentuada crise econômica que afetou a maioria da população, garantiram a perda do prestígio petista frente às massas. O resultado desse processo foi uma radicalização à direita do povo brasileiro que, buscando uma saída às deterioradas condições de vida, enxergou nas proposições liberais e conservadoras uma possibilidade. A esquerda se manteve imóvel, incapaz de entender sua derrota política. A ausência de um projeto coerente com as demandas populares e que reconhecesse os problemas da esquerda contemporânea apenas afastou o eleitorado nas eleições de 2018, que acabou por eleger Jair Bolsonaro.

A retomada da TMD e a crítica ao neodesenvolvimentismo

A retomada da Teoria Marxista da Dependência está inscrita nessa conjuntura. Apesar de ter iniciado ainda em meados dos anos 1990, é no governo Lula que assume certa processualidade, se expandindo a partir de 2016, no governo Dilma, e acelerando em 2018, em meio ao processo eleitoral que elegeu Jair Bolsonaro. E essa retomada é resultado da própria realidade: depois de quinze anos, a condição da classe trabalhadora no Brasil não mudou em essência, nem a forma do Estado tratar dos problemas nacionais. O resultado de um amplo período do projeto autodeclarado “neo-desenvolvimentista” do Partido dos Trabalhadores foi, na verdade, o subdesenvolvimento. Isso foi percebido pela classe trabalhadora e passou a se expressar na intelectualidade, favorecendo o retorno da TMD.

Convém indicar parte dos responsáveis por essa retomada. Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos nos legaram continuadores diretos no Brasil, que trouxeram a teoria e a atualizaram. Professores como Nildo Domingos Ouriques, Reinaldo Carcanholo e Nilson Araújo de Souza já introduziam a TMD no Brasil em meados dos anos 90. O Instituto de Estudos Latino-Americanos, o IELA, criado e presidido por Ouriques, foi um dos principais responsáveis pela publicação e republicação das obras magnas dessa vertente no Brasil. Abrindo a Coleção Pátria Grande, a partir da Editora Insular, apresentaram ao Brasil, desde 2012, Subdesenvolvimento e Revolução, de Marini, O Capitalismo Dependente Latino-Americano, de Bambirra, e Socialismo ou Fascismo, de Theotônio dos Santos.

Alunos de Reinaldo Carcanholo, seu filho, Marcelo Carcanholo, e Roberta Sperandio Traspadini continuam o legado. Traspadini, junto de João Pedro Stédile, organizaram e publicaram em 2005 “Ruy Mauro Marini, Vida e Obra”, primeiro momento em que os textos de Marini são publicados legalmente no Brasil. Traspadini ainda publica, em 1999, sua dissertação de mestrado, que corresponde ao estudo sistemático da obra de Fernando Henrique Cardoso. O resultado desses esforços de retomada da produção teórica radical é o início, candente, de leituras e estudos sobre os autores, e a colocação indiscutível do problema da dependência de volta ao âmbito acadêmico.

Há, ainda, diversos outros pesquisadores, professores, intelectuais e militantes que passaram a estudar e produzir com base ou sobre a Teoria Marxista da Dependência, também considerada como a Teoria Crítica à Dependência²⁶, em

²⁶ Conforme grafia elaborada por Ricardo Prestes Pazello, 2021 e 2025.

oposição à teoria weberiana, encabeçada por FHC, que entende como positiva e até necessária a (inter)dependência em relação aos países centrais. Podemos citar, apenas ilustrativamente, Carlos Eduardo Martins, Mathias Seibel Luce, Marisa Silva Amaral, Ricardo Prestes Pazello, Máira Machado Bichir, Marina Machado Gouvêa, Fernando Corrêa Prado, Rodrigo Castelo, Juliana Biondi Guanais, Adriano Nascimento, Rafael Caetano Cherobin, Maicon Cláudio da Silva, Raphael Lana Seabra, Alessandro da Silva. Nesse sentido, desenvolvem-se grupos de pesquisa em diversas universidades, como na UFSC, na UNILA, na UFPR, na UFAL, na UNICAMP e na UFRJ.

Mas o esforço de retomada teórica somente tem sucesso com lastro nas necessidades reais, de modo que a profusão de estudos sobre a TMD somente pode ser explicada com o ressurgimento dos problemas enfrentados à época na América Latina. A ameaça fascista, os projetos desenvolvimentistas em nova roupagem, a repressão dos movimentos populares e os novos reajustes liberais escancaram a volta de uma temática cíclica no continente, a qual pode ser compreendida pelo problema da dependência. Observemos a mais delicada das questões para a esquerda atual, o neodesenvolvimentismo, que vem apresentando sinal de falência desde o início do governo Dilma, em 2011, resultando no golpe parlamentar de 2016 e a escalada da extrema direita no país.

Contudo, a falência do modelo neodesenvolvimentista aplicado pelo PT não foi um raio em céu azul: já estava anunciado desde sua formulação, que vinha sendo indicada no seio do partido desde pelo menos 1985. Se, por um lado, o neodesenvolvimentismo não foi “o possível na correlação de forças”, já que foi o desenlace de um projeto teórico autônomo do PT; por outro, os problemas do desenvolvimentismo nunca foram colocados em xeque, apenas escamoteados - mais uma vez.

Nildo Ouriques, em sua tese de doutorado defendida em 1995, analisa a mudança implementada pelo Partido dos Trabalhadores em sua estratégia política, que passa de uma perspectiva claramente anti-imperialista e anticapitalista para uma visão desenvolvimentista, em que a luta contra o capital se torna a associação ao capital. Esse câmbio é expresso no discurso dos ideólogos petistas:

O reascenso da teoria marxista da dependência e o resgate da história da POLOP: contexto histórico e conjuntura política da trajetória da TMD

O exemplo mais claro é o apresentado por Reinaldo Gonçalves sobre o “imposto de solidariedade”, que constituiria uma forma de diminuir a concentração de renda e financiar, simultaneamente, a ação estatal em infraestrutura e educação. Mas, estrategicamente, ele afirma: “o objetivo do imposto de solidariedade é, vale repetir, permitir a ruptura do ‘círculo vicioso’ (subdesenvolvimento-desestabilização-deterioração da capacidade econômica nacional) e a inauguração de um novo ‘círculo virtuoso’ (investimento público-desenvolvimento-estabilização)”. (Ouriques, 1995, p. 204, tradução própria).

E acrescenta:

A tarefa do PT seria impulsionar “uma ação política no sentido de mostrar à sociedade brasileira que o imposto de solidariedade pode constituir uma proposta alternativa, economicamente racional e socialmente justa, para a ruptura (grifo do autor) do ‘círculo vicioso’, tendo como base de partida os investimentos públicos em infraestrutura e educação, de desenvolvimento e estabilização”. A questão é que a “ruptura” que aqui é apresentada não constitui um processo político complexo, que dependa da correlação de forças, etc. Trata-se, embora contenha a advertência de “convencimento da sociedade”, de uma proposta tecnocrática.

Após 1985, quando o PT começa a ser considerado “viável” para alcançar o poder (o correto seria, o governo), todo o seu esforço em termos de pensar o programa econômico está subordinado ao “controle do processo inflacionário” e aos “programas de estabilização”. O retorno à rota de crescimento é a meta suprema, a partir da qual se organiza a política econômica. Já não se trata de destruir a atual sociedade, mas de apresentar a melhor saída capitalista. (Ouriques, 1995, p. 204-205, tradução própria).

Ou seja, frente aos problemas enfrentados pela sociedade brasileira, o que indicava não apenas o aprofundamento da dependência - com a transferência de valor de “baixo para cima e de dentro para fora” - mas os limites do modo de produção capitalista para assegurar as condições de vida do povo brasileiro, a resposta do PT foi a busca de um novo modelo de desenvolvimento, “mas este não é pensado a partir das classes sociais (e dos interesses da maioria), nem a partir das condições impostas pela dependência, mas pelas necessidades de um governo que está submetido ao desenho da política econômica necessária para dar estabilidade a seu eventual governo” (Ouriques, 1995, p. 207, tradução própria). Não à toa, o superávit primário, direcionado para o pagamento da dívida pública, foi a principal preocupação, e também propaganda, dos governos petistas²⁷.

²⁷ Sobre o objetivo do superávit primário nos governos petistas, cf. Giambiagi, 2004. Ainda sobre a perspectiva histórica dos mandatos de Lula, cf. Kliass, 2007.

O projeto delineado pelo Partido dos Trabalhadores, e posteriormente posto em prática nos governos de Luís Inácio Lula da Silva, não se limitou ao reformismo somente por incorporar uma visão desenvolvimentista - pois o governo de Allende também havia abraçado o reformismo, apesar de colocá-lo como tática submetida à estratégia revolucionária da via chilena -, mas, principalmente, por não ser uma reforma completa, isto é, não avançava nos elementos essenciais da condição dependente: não promovia a interrupção da economia de transferência, nem a ruptura do atual esquema de propriedade social, não avançou com a reforma agrária, não definia um novo esquema de acumulação e nem criava mecanismos para controlar o sistema financeiro (Ouriques, 1995, p. 208).

Com a aplicação desse projeto, que na prática demonstrou pouquíssima diferença em relação à política de Fernando Henrique Cardoso, a esquerda passou pela segunda fase de sua submissão, iniciada na década anterior. Primeiro, se institucionalizou, transferindo seu objeto político para a defesa da democracia; depois, aceitou a passagem da política de reformas ao segundo plano, somente possível quando se atingisse a estabilidade econômica, bem como direcionou a discussão política para a formulação de políticas econômicas; e por fim, como indica Ouriques, foi gradualmente abandonando as perspectivas anti-imperialista e anticapitalista e incorporando o discurso tecnocrata (Ouriques, 1995, p. 214).

Com isso, observou-se a completa submissão da esquerda, sua transformação de oposição em situação, e sua passagem do campo combativo para o campo conciliatório. Ao se institucionalizar, indicou que o único caminho para a luta política era o campo parlamentar; ao se submeter à economia política (e não à sua crítica), deixou de questionar o palco onde se dava a luta política, ou seja, deixou de lado à crítica ao Estado, ao Direito e às instituições, às quais passou ao papel de guardião; ao incorporar o discurso tecnocrático, abraçou a ideologia neoliberal de que não cabe ao povo decidir sobre seu destino. O projeto de desenvolvimento petista se cristalizou em uma forma transfigurada de avanço do capital, encoberta pela faceta governamental, onde a máscara expunha a caricatura de uma "Partido dos Trabalhadores", mas escondia um sorriso largo e bem burguês.

Ainda sobre o projeto neodesenvolvimentista, Marcelo Carcanholo recorda que

O reascenso da teoria marxista da dependência e o resgate da história da POLOP: contexto histórico e conjuntura política da trajetória da TMD

A noção corriqueira de desenvolvimento é fruto de uma tradição positivista, com alguma influência moralista, que enxerga no curso da história a possibilidade de uma trajetória quase linear de uma situação 'pior' para outra 'melhor' – um verdadeiro progresso –, atribuindo a essa trajetória possível o termo desenvolvimento. (Carcanholo, 2013).

Como destaca Naiara Andreoli Bittencourt, ao analisar os projetos sociais de erradicação da pobreza:

Houve uma elevação da renda, especialmente do poder de compra e consumo das classes miseráveis, sem que houvesse uma redistribuição de renda, isto é, aqueceu-se o mercado interno pela emulação pública sem alterar a estrutura de arrecadações das classes abastadas ou do empresariado nacional ou transnacional (Bittencourt, 2017, p. 128)²⁸.

Os estudiosos da TMD já haviam apontado na década de 1960 os limites do desenvolvimentismo com a teoria da dependência, que agora ressurge como revivida pela história. A originalidade da obra de autores como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, parece advir da inconclusividade das tarefas da esquerda e da inexistência de alteração qualitativa quanto à lógica de funcionamento do capitalismo latino-americano, bem como a constante reprodução de erros anteriores da esquerda, por eles avaliados e criticados no âmbito da POLOP. Se, por um lado, vemos que o desenvolvimentismo retornou como discurso junto aos governos Lula e Dilma, novamente atrelado ao investimento estrangeiro e marcado por um traço privatista; por outro, a indústria nacional se mantém em patamar intermediário e inclusive apresenta reveses, com o capital migrando novamente para o setor agroexportador e a privatização de setores estratégicos. Aparentemente, não há verdadeiro projeto (nacionalista ou desenvolvimentista) autônomo, mas vinculação e atrelamento ao movimento do capital internacional, explícito, por exemplo, na industrialização do campo e consequentemente instituição do padrão primário-exportador de especialização produtiva²⁹.

Já em relação aos erros da esquerda, as vacinações de Marini deixaram marca, mas não imunizaram: a desconexão de uma análise da luta de classes, dos movimentos do capital internacional e do papel do partido se constituiu em

²⁸ Inclusive, o trabalho de Bittencourt é interessante ao confrontar os dados do período do governo Dilma com a categorização de Marini, observando como se deu o aumento da jornada, a intensificação do trabalho e a compressão salarial, em suma, como a superexploração foi intensificada no período em questão.

²⁹ Sobre os elementos atuais do referido padrão de reprodução do capital, cf Araújo, 2025.

fundamento da atuação partidária de esquerda. Caso exemplar é sua análise sobre a não interpretação da ditadura militar como movimento fascista, o que colocaria a esquerda em posição de organizar uma frente ampla, abrir mão de suas causas e articular compromissos com setores da burguesia. Desconhecendo ou ignorando essa análise, a esquerda brasileira usou da mesma estratégia na tentativa de barrar a eleição de Bolsonaro, abrindo mão de suas pautas e construindo frente ampla irreconhecível, sem projeto e simplesmente fundada em antifascismo genérico. E como Marini alertou, a cada revés do jogo político, mais a frente ampla adquiria a faceta pequeno-burguesa e se afastava da política necessária à classe trabalhadora, ao ponto da eleição de Lula ser apertada, sua campanha ser incapaz de alcançar grandes parcelas da população e sua força no governo ser incapaz de desfazer (e sequer propor) qualquer contrarreforma neoliberal realizada.

Considerações finais

É possível observar, portanto, que as semelhanças entre os problemas enfrentados pela esquerda hoje e na metade do século passado são imensos. A opção (neo)desenvolvimentista; o reformismo e a necessidade de uma alternativa revolucionária se colocaram historicamente, como se colocam agora. Mas se a luta da esquerda revolucionária foi suprimida com o golpe de 1964, agora ela busca se levantar daqueles escombros, escavando até os fundamentos da crítica, cuja raiz (e radicalidade) se solidificam na Teoria Marxista da Dependência e seu legado de práxis militante. Sua retomada atual é sintoma dos tempos que hão de vir; enquanto sua *retomada crítica* é expressão da incorporação desse legado, que aplica a crítica até a si mesma.

Referências

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Introdução. In.: *Desenvolvimento e Dependência: cátedra* Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

ARAÚJO, Leandro José de. *A contrarreforma trabalhista de 2017: superexploração da força de trabalho e atuação política da burguesia interna*. Tese de doutorado. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2025.

O reascenso da teoria marxista da dependência e o resgate da história da POLOP: contexto histórico e conjuntura política da trajetória da TMD

BAMBIRRA, Vânia. **A Teoria Marxista da Transição e a Prática Socialista**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

BAMBIRRA, Vânia. La táctica de Lenin en la revolución Rusa. **Cuadernos Políticos**, n. 14, México, D.F., editorial Era, octubre-diciembre, p. 104-113, 1977.

BAMBIRRA, Vânia. **Memorial**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1991.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. 4ª ed. Florianópolis: Insular, 2019.

BAMBIRRA, Vânia; DOS SANTOS, Theotonio. **La estrategia y la táctica socialista de Marx y Engels a Lenin**. México D. F.: Ediciones Era, 1981.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. **A superexploração da força de trabalho no neodesenvolvimentismo brasileiro: uma crítica teórico-jurídica**. Dissertação de mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.

BOITO JR., Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo** (Conferência). Fórum Econômico da FGV, 2012. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/ad557a4b-9188-43d1-9eb7-73580a017d6d/content> Acesso em: 10 abr. 2026.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **O Atual Resgate Crítico da Teoria Marxista da Dependência**. Revista Trabalho, Educação, e Saúde. V. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. Rio de Janeiro, 2013.

CÁRDENAS CASTRO, Juan Cristobal. **Una historia sepultada: el Centro de Estudios Socioeconómicos de la Universidad de Chile, 1965-1973** (a 50 años de su fundación). De Raíz Diversa, vol. 2, núm. 3, enero-junio, pp. 121-140, 2015.

CÁRDENAS CASTRO, Juan Cristobal. **Surgimiento y sistematización de la Teoría Marxista de la Dependencia: El Centro de Estudios Socioeconómicos [CESO] de la Universidad de Chile [1964-1973]**. Tesis para obtener el grado de Maestro en Estudios Latinoamericanos. México D. F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2011.

CÁRDENAS CASTRO, Juan Cristobal; SEABRA, Raphael Lana (eds). **El giro dependentista latinoamericano**. Los orígenes de la teoría marxista de la Dependencia. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2022.

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER - CVM (Org). **POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2009.

CODAS, Gustavo. **A volta do debate marxista da “dependência”**. Fundação Perseu Abramo. Partido dos Trabalhadores. Virtual, 2018. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2018/07/17/volta-do-debate-marxista-da-dependencia/> Acesso em: 16 jan. 2026.

CUEVA, Agustín. **América Latina en la frontera de los años 90**. Quito: Planeta, 1989.

DOS SANTOS, Theotonio. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

DOS SANTOS, Theotonio. **Memorial**. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

O reascenso da teoria marxista da dependência e o resgate da história da POLOP: contexto histórico e conjuntura política da trajetória da TMD

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar, 1986.

GIAMBIAGI, Fábio. *A política fiscal do governo Lula em perspectiva histórica: qual é o limite para o aumento do gasto público?* Revista Planejamento e políticas públicas | ppp | n. 27 | jun./dez. IPEA, 2004.

KATZ, Claudio. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

KLIASS, Paulo. O início do segundo mandato de Lula e o plano de aceleração do crescimento. *Lusotopie* [Online], XIV(2) | Open Edition Journals, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lusotopie/986?lang=pt#quotation> Acesso em: 16 jan. 2026.

LUCE, Mathias Seibel. Subimperialismo, fase superior do capitalismo dependente. *Tensões mund.* Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 43-65, 2014.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias - uma visão histórica*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. *As razões do neodesenvolvimentismo* (Resposta a F. H. Cardoso e J. Serra) (1978). In.: CASTELO, Rodrigo; PRADO, Fernando Correa (Org). Ruy Mauro Marini: Dependência e Revolução na América Latina: Textos Seleccionados. São Paulo: Expressão Popular; Foz do Iguaçu: EdUNILA, 2025a.

MARINI, Ruy Mauro. *O Estado de Contrainsurgência* (1978). In.: CASTELO, Rodrigo; PRADO, Fernando Correa (Org). Ruy Mauro Marini: Dependência e Revolução na América Latina: Textos Seleccionados. São Paulo: Expressão Popular; Foz do Iguaçu: EdUNILA, 2025b.

MARINI, Ruy Mauro. *Memória*. In.: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). *Marini, Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. 6ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O Governo Lula e a Contrarreforma Previdenciária. *São Paulo em Perspectiva*, 18(3): 3-15, 2004.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. *Organização Revolucionária Marxista-Política Operária*. Disponível em: https://memorialdaresistencia.org.br/vocabulario-controlado_referencias/organizacao-revolucionaria-marxista-politica-operaria/?perpage=12&view_mode=table&order=ASC&orderby=date&fetch_only_meta=&paged=1&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription Acesso em: 16 jan. 2026.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: As Origens, a Coesão e a Cisão de uma Organização Marxista (1961-1967)*. Dissertação de Mestrado do curso de Sociologia. Araraquara: Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2007.

OURIQUES, Nildo Domingos. *La Teoría Marxista de la Dependencia: Una*

O reascenso da teoria marxista da dependência e o resgate da história da POLOP: contexto histórico e conjuntura política da trajetória da TMD

historia crítica. Tese de Doutorado do curso de Economia. México, D. F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995.

PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito Insurgente**: para uma crítica marxista ao direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

PAZELLO, Ricardo Prestes. **Relação Jurídica Dependente**: Uma introdução. Relatório de Pós-Doutorado. Curitiba: Universidade Técnica Federal do Paraná, 2025.

PETRAS, James. **A metamorfose dos intelectuais latino-americanos**. In.: PETRAS, James. **Ensaio Contra a Ordem**. Brasília: Editora Página Aberta, 1995a.

PETRAS, James. **Ensaio Contra a Ordem**. São Paulo: Editora Scritta, 1995b.

SADER, Emir. (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez., 2012.

SOUZA, Paulo Fernando Mohn e. A reforma previdenciária no Governo Lula. **PRISMAS: Dir., Pol.Pub. e Mundial.**, Brasília, v.3, n. 2, p. 455-483, jul/dez, 2006.

STOTZ, Eduardo Navarro. **A POLOP e as esquerdas no enfrentamento da ditadura militar**. In.: CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER - CVM (Org). **POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2009.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **A Teoria da (Inter) Dependência de Fernando Henrique Cardoso**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.